

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O BNDES E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

PROTOCOLO DE INTENÇÕES  
Nº 20.2.037.1, QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
BANCO NACIONAL DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
SOCIAL – BNDES E A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA DEFESA  
– MD, PARA ESTUDOS E AÇÕES  
VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DA  
BASE INDUSTRIAL DE DEFESA – BID.

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, regida pela Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, com a denominação dada pelo Decreto-Lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 100, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social; e

A **UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - MD**, situado em Brasília, Distrito Federal, na Esplanada dos Ministérios, Bloco Q, inscrito no CNPJ sob o nº 03.277.610/0001-25, doravante denominado simplesmente **MD**, neste ato representado pelo Ministro de Estado da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, com domicílio profissional no endereço acima indicado, na forma do Decreto de Nomeação, publicado no DOU em 01.01.2019.

cada uma das partes acima qualificadas também denominadas individualmente **PARTÍCIPE** e conjuntamente **PARTÍCIPEs**,

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) a Estratégia Nacional de Defesa (END) inserta no Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que explicita a vinculação entre a defesa e o desenvolvimento econômico e descreve como um de seus quatro eixos estratégicos a “reorganização da Base Industrial de Defesa”;
- (ii) a Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, e o Decreto 7.970, de março de 2013, que reafirmam que o **MD**, tem o papel de promover a integração e articulação entre o ministério e os organismos e entidades públicas e privadas relacionadas com a base industrial de defesa, como preconiza a END;

## PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O BNDES E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

- (iii) o Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, que delega ao **MD** a competência sobre as políticas nacionais para a indústria de defesa, exportações de produtos de defesa, ciência, tecnologia e inovação (CT&I) em defesa e pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novos produtos de defesa;
- (iv) o papel atribuído à Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) pelo mesmo Decreto de formular, atualizar e acompanhar, supervisionar e representar o **MD** diante dos órgãos que se ocupam primordialmente das políticas nacionais para essas atividades de forma geral;
- (v) o **BNDES** desempenha papel relevante na execução da política de investimento do Governo Federal e tem por objetivo primordial apoiar programas, projetos, obras e serviços que se relacionem com o desenvolvimento econômico e social do país;
- (vi) o **PROTOCOLO DE INTENÇÕES** consiste num acordo de natureza prévia, que visa à articulação de esforços, formação de parcerias, definição de diretrizes em comum, intenções e entendimentos entre os **PARTÍCIPES** para futura cooperação;
- (vii) há interesses convergentes dos **PARTÍCIPES** na celebração deste **PROTOCOLO DE INTENÇÕES**, considerando as razões expostas,

**RESOLVEM** celebrar o presente **PROTOCOLO DE INTENÇÕES**, doravante denominado **PROTOCOLO**, conforme autorizado pela Decisão DIR nº 037/2020-BNDES, de 13.02.2020, da Diretoria do **BNDES**, que se regerá pelas cláusulas a seguir e, no que couber, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente **PROTOCOLO** a aproximação entre o **MD** e o **BNDES** com vistas ao estabelecimento prévio das bases de futura e eventual cooperação entre os **PARTÍCIPES**, para estudar, discutir e propor ações voltadas para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID), com foco em suas empresas, incluindo, mas não se limitando a políticas adequadas de financiamento, ao sistema brasileiro de apoio público às exportações e ao desenvolvimento de programas de nacionalização progressiva de produtos e tecnologias de defesa, levando em conta a natureza e especificidade de atuação da BID como descrito no marco legal que rege o setor.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Deverá ser elaborado pelos **PARTÍCIPES**, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da celebração deste **PROTOCOLO**, um **PLANO DE TRABALHO** que detalhe o escopo e prazos das ações referidas no *caput* desta cláusula.

## PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O BNDES E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA NÃO VINCULAÇÃO**

O **PROTOCOLO DE INTENÇÕES** não gera vínculo de caráter obrigacional entre os **PARTÍCIPIES**, consistindo apenas em declaração de vontades no sentido de envidar esforços para a realização de seu objeto com vistas à futura e eventual cooperação, sem prejuízo da observância das cláusulas que decorram de preceitos legais ou regulamentares.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPIES**

Constituem atribuições dos **PARTÍCIPIES**, além de outras que estejam estipuladas neste instrumento:

I - envidar os melhores esforços para executar o presente **PROTOCOLO**, de acordo com as disposições pactuadas em suas Cláusulas, observadas eventuais limitações legais e regulamentares que lhes sejam aplicáveis;

II - arcar com as despesas administrativas referentes às atividades prévias de cooperação objeto deste **PROTOCOLO**, tais como pessoal, gastos com deslocamentos, viagens, comunicação e despesas de escritório, as quais serão assumidas pelos **PARTÍCIPIES** dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações dos seus respectivos orçamentos;

III - assumir todos os encargos e obrigações legais que lhes são pertinentes, decorrentes da consecução do objeto deste **PROTOCOLO**;

IV - designar representantes para serem pontos focais nas discussões e interlocutores temáticos, participar de reuniões de discussão, disponibilizar materiais e estudos públicos, entre outras atividades a serem previstas no **PLANO DE TRABALHO**;

V - designar, por escrito, representantes para acompanhar a execução do presente **PROTOCOLO**.

**CLÁUSULA QUARTA – DO SIGILO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS**

Caso os **PARTÍCIPIES** venham a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto deste **PROTOCOLO**, deverão manter o sigilo a eles aplicável, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes e normas de suas políticas de segurança da informação.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Caberá aos **PARTÍCIPIES**, em relação às informações sigilosas mencionadas no *caput* desta Cláusula, cumprir as seguintes regras de sigilo e assegurar sua aceitação e

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O BNDES E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

adesão por seus administradores, empregados ou servidores, colaboradores e prepostos, a qualquer título, que integrem ou venham a integrar a sua equipe no desenvolvimento do objeto deste **PROTOCOLO**, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo entre os **PARTÍCIPIES**:

- I - cumprir as diretrizes e normas de suas políticas de segurança da informação, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;
- II - não acessar informações sigilosas do **MD** e do **BNDES**, salvo quando previamente autorizado por escrito;
- III - sempre que tiver acesso a informações sigilosas:
  - a) manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada execução do objeto deste **PROTOCOLO**;
  - b) limitar o acesso às informações aos administradores, empregados ou servidores, colaboradores e prepostos, a qualquer título, envolvidos no desenvolvimento do objeto deste **PROTOCOLO**, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações;
  - c) informar imediatamente ao outro **PARTÍCIPE** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independente da existência de dolo, bem como dos administradores, empregados ou servidores, colaboradores e prepostos, a qualquer título, envolvidos, adotando todas as medidas necessárias para remediar a violação;
- IV - entregar ao outro **PARTÍCIPE**, ao término da vigência deste **PROTOCOLO**, todo e qualquer material de sua propriedade, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste **PROTOCOLO**; e
- V - apresentar, antes do desenvolvimento de atividades no âmbito deste **PROTOCOLO** que impliquem o acesso a informações sigilosas, Termos de Confidencialidade, conforme modelo anexo a este **PROTOCOLO**, assinados pelos administradores, empregados ou servidores, colaboradores e prepostos, a qualquer título, que acessarão as informações sigilosas, devendo referida obrigação ser também cumprida por ocasião de substituição dos referidos profissionais.

**CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICIDADE DOS RESULTADOS**

Os resultados das discussões e ações propostas, quando compilados em formato de estudo, realizados no âmbito do presente **PROTOCOLO**, sobre os quais não recaia

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O BNDES E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

sigilo legal, serão amplamente divulgados a todas as partes interessadas, em até 1 (um) mês, internas e externas aos **PARTÍCIPIES**, como medida de transparência ativa.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Caso os estudos contenham informações sigilosas, será elaborada versão para divulgação contendo apenas informações ostensivas.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

O presente **PROTOCOLO** não acarretará transferência ou aporte de recursos financeiros por um ou ambos os **PARTÍCIPIES**, entre eles e/ou para terceiros, por meio desse instrumento, cabendo a cada **PARTÍCIPE** arcar com os custos necessários ao cumprimento de suas respectivas atribuições, nada devendo um **PARTÍCIPE** a outro pela execução do ajuste, em qualquer lugar, a qualquer tempo e a qualquer pretexto que seja.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS HUMANOS**

Os empregados ou servidores, colaboradores e prepostos, a qualquer título, de cada **PARTÍCIPE**, envolvidos nos trabalhos desenvolvidos no âmbito deste **PROTOCOLO**, permanecerão, administrativa e juridicamente, subordinados aos seus respectivos empregadores, não resultando para o outro **PARTÍCIPE** vínculo empregatício de qualquer natureza, nem qualquer tipo de obrigação trabalhista e/ou previdenciária.

**CLÁUSULA OITAVA – ANTINEPOTISMO**

É vedado aos **PARTÍCIPIES** alocar familiar do respectivo dirigente, servidor ou empregado na execução do objeto desse instrumento.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

O presente **PROTOCOLO** terá vigência pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante aditivo por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses.

## PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O BNDES E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES**

Este **PROTOCOLO** poderá ser alterado de comum acordo entre os **PARTÍCIPIES**, durante a sua vigência, mediante Termo Aditivo devidamente justificado, observadas eventuais limitações legais, a natureza do **PROTOCOLO DE INTENÇÕES** e vedada a alteração do objeto previsto na Cláusula Primeira deste **PROTOCOLO** e a previsão de que não acarretará transferência ou aporte de recursos financeiros por um ou ambos os **PARTÍCIPIES**, entre eles e/ou para terceiros, por meio desse instrumento, conforme consta na Cláusula Sexta deste **PROTOCOLO**.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DIVULGAÇÃO**

Os **PARTÍCIPIES** poderão divulgar a celebração e sua participação no presente **PROTOCOLO**, da forma mais adequada ao interesse da coletividade, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que, de alguma forma, descaracterizem o interesse público e se confundam com promoção de natureza pessoal de agentes públicos, observadas as vedações decorrentes da legislação eleitoral.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA OU RESILIÇÃO**

O presente **PROTOCOLO** poderá ser denunciado unilateralmente, a qualquer tempo, mediante notificação de um **PARTÍCIPE** ao outro, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ou poderá ser resilido, a qualquer tempo, por acordo entre os **PARTÍCIPIES**.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

A denúncia ou resilição do presente **PROTOCOLO** não implicará pagamento de indenização, multa ou ônus de qualquer natureza e não prejudicará as atividades em andamento, as quais deverão, salvo manifestação consensual em contrário dos **PARTÍCIPIES**, ser executadas até sua conclusão.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE**

O Ministério da Defesa se compromete em providenciar a publicação do extrato do presente **PROTOCOLO** em Órgão de Imprensa Oficial, até o vigésimo dia da data de sua assinatura, em face ao Princípio da Publicidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Serão observadas as disposições que seguem, no âmbito da execução deste **PROTOCOLO**:

## PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O BNDES E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

- I - a celebração deste **PROTOCOLO** não implica nenhuma espécie de sociedade, associação, *joint venture*, relação de parceria ou de representação comercial, solidariedade obrigacional, nem qualquer responsabilidade direta ou indireta, seja societária, comercial, tributária, trabalhista, previdenciária ou de qualquer outra natureza, nem alienação ou sucessão, seja entre os **PARTÍCIPIES**, seus empregados ou servidores, colaboradores ou prepostos, seja perante terceiros, estando preservada a autonomia jurídica e funcional de cada um dos **PARTÍCIPIES**;
- II - é vedada a ambos os **PARTÍCIPIES** a cessão ou transferência, total ou parcial, dos direitos e das atribuições decorrentes deste **PROTOCOLO**;
- III - não haverá qualquer exclusividade entre os **PARTÍCIPIES** em relação ao objeto do presente **PROTOCOLO**, durante a sua vigência ou mesmo após seu término;

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

Os casos omissos e/ou as controvérsias decorrentes da execução do presente **PROTOCOLO** que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os **PARTÍCIPIES** deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal, sob a coordenação e supervisão da **Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF**, órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria, assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado, observado o disposto no inciso XVII do *caput* do art. 42 da Lei nº 13.019, de 2014, no art. 88 do Decreto nº 8.726, de 2016, e em Ato do Advogado-Geral da União.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste **PROTOCOLO** o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, da Justiça Federal, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

As folhas deste instrumento são rubricadas por Danilo Messere Romancini, advogado do **BNDES**, por autorização dos representantes legais do **BNDES** que o assinam.

Integra o presente **PROTOCOLO** o Anexo – Modelo de Termo de Confidencialidade.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O BNDES E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

Estando de pleno acordo com o disposto no presente **PROTOCOLO DE INTENÇÕES**, assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para uma só finalidade, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 20 de fevereiro de 2020.

Como PARTICIPES:



---

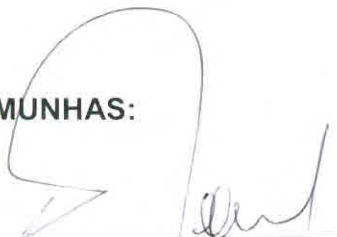
**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**  
Paulo Abramo  
Diretor



---


**UNIÃO FEDERAL, por intermédio do MINISTÉRIO DA DEFESA - MD**

TESTEMUNHAS:



---

Marcos Rosas Degaut Pontes  
428.874.611-68



---

Bruno Caldas Aranha  
086.647.977-57

ANEXO AO PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O BNDES E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO  
MINISTÉRIO DA DEFESAMODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA ADMINISTRADORES, EMPREGADOS OU SERVIDORES, COLABORADORES E PREPOSTOS, A QUALQUER TÍTULO, DO MINISTÉRIO DA DEFESA OU DO BNDES, QUE ACESSARÃO INFORMAÇÕES SIGILOSAS OBTIDAS OU FORNECIDAS NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA DEFESA, E O BNDES EM 20.02.2020.

\_\_\_\_\_, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, compromete-se, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, a não divulgar sem autorização quaisquer informações sigilosas obtidas ou fornecidas em decorrência dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Protocolo de Intenções celebrado entre a **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA DEFESA** e o **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, em 20.02.2020, doravante denominado **PROTOCOLO**, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do **PROTOCOLO**, estabelece contato com informações sigilosas do **MINISTÉRIO DA DEFESA** e do **BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio ou ainda outro sigilo legal. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios administradores, empregados ou servidores, colaboradores e prepostos, a qualquer título, do **MINISTÉRIO DA DEFESA** e do **BNDES**, sem a expressa e escrita autorização dos representantes do **MINISTÉRIO DA DEFESA** e do **BNDES**.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito do **PROTOCOLO** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

**ANEXO AO PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O BNDES E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO  
MINISTÉRIO DA DEFESA**

- I. listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso no âmbito do **PROTOCOLO**;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelo **MINISTÉRIO DA DEFESA** e pelo **BNDES** ou por terceiros para essas pessoas jurídicas;
- IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. documentos e informações utilizados na execução dos trabalhos do **PROTOCOLO**.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham a ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

**Parágrafo Único**

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelos representantes do **MINISTÉRIO DA DEFESA** e do **BNDES**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa do **MINISTÉRIO DA DEFESA** e do **BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

**CLÁUSULA QUARTA**

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do **PROTOCOLO**, para imediata devolução ao **MINISTÉRIO DA DEFESA** e ao **BNDES**, todo e qualquer material de propriedade destes, contendo informação sigilosa ou confidencial, inclusive notas pessoais envolvendo matéria

ANEXO AO PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O BNDES E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO  
MINISTÉRIO DA DEFESA

sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso no âmbito dos trabalhos do PROTOCOLO.

**Parágrafo Único**

O **RESPONSÁVEL** adotará todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

**CLÁUSULA QUINTA**

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente ao **MINISTÉRIO DA DEFESA** e ao **BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

**CLÁUSULA SEXTA**

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará responsabilização civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação dos trabalhos objeto do **PROTOCOLO** e abrangem as informações presentes e futuras.

DE ACORDO,

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 02/03/2020 | Edição: 41 | Seção: 3 | Página: 10  
Órgão: Ministério da Defesa/Gabinete do Ministro

## EXTRATO DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES Nº 20.2.037.1

Processo: 60072.000005/2020-72. Protocolo de Intenções nº 20.2.037.1, celebrado entre o Ministério da Defesa (MD) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). 1. Objeto: Aproximação entre o MD e o BNDES com vistas ao estabelecimento prévio das bases de futura e eventual cooperação entre os partícipes, para estudar, discutir e propor ações voltadas para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID), com foco em suas empresas, incluindo, mas não se limitando a políticas adequadas de financiamento, ao sistema brasileiro de apoio público às exportações e ao desenvolvimento de tecnologias de defesa 2. Assinaturas: Pelo MD: Fernando Azevedo e Silva, Ministro de Estado da Defesa e pelo BNDES: Fábio Almeida Abrahão, Diretor de Infraestrutura, Concessões e PPPs. 3. Vigência: de 20/02/2020 à 19/02/2022. 4. Data da assinatura: 20/02/2020.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

---

---

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 04/03/2020 | Edição: 43 | Seção: 3 | Página: 11

Órgão: Ministério da Defesa/Secretaria de Orçamento e Organização Institucional/Departamento de Administração Interna/Divisão Orçamentária e Financeira

## RETIFICAÇÃO

Processo: 60072.000005/2020-72.

No Extrato do Protocolo de Intenções nº 20.2.037.1, publicado no DOU nº 41, de 02/03/2020, Seção 3, Pág. 10. Onde se lê: Assinaturas: Pelo MD: Fernando Azevedo e Silva, Ministro de Estado da Defesa e pelo BNDES: Fábio Almeida Abrahão, Diretor de Infraestrutura, Concessões e PPPs, leia-se: Assinaturas: Pelo MD: Fernando Azevedo e Silva, Ministro de Estado da Defesa e pelo BNDES: Gustavo Henrique Moreira Montezano, Presidente, e Fábio Almeida Abrahão, Diretor de Infraestrutura, Concessões e PPPs.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

---

---